

## Problemas da Educação Brasileira

Como se apresentaram ao IV Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares na cidade do Salvador, em Julho de 1949.

Foi um dos momentos dramáticos do IV. Congresso Nacional, quando o Prof. Rabello, valendo-se de dados estatísticos, pôs em evidência a iniciativa particular no sistema educacional do Brasil:

— O ensino oficial no Brasil não é apenas impraticável no momento atual, é simplesmente inexecutável!

E argumenta: mais do que 70% de todo o ensino brasileiro é particular. Dos 1222 estabelecimentos de grau secundário que funcionavam em 1948 entre nós, 615 (50,3%) são católicos, 120 (9,9%) evangélicos e os restantes mantidos por diversos. No mesmo ano 63 090 alunos frequentavam as escolas públicas e 297 000 as particulares, e, ainda citando a estatística que em 1936 dá a frequência de 91% na escola secundária particular e de 9% na pública, conclui: „A primeira é um fenômeno ascensional em marcha, enquanto permanece estacionária a iniciativa do Estado.“

Registrado êsse fato de insofismável importância, ao observador atento não deixa de impressionar a minoria evangélica, e isso ainda quando lhe juntamos alguns dos 40,1% de estabelecimentos que se denominam „livres“. Desprezando, no entanto, a disparidade numérica, nos atos inaugural e de encerramento falaram na Bahia oradores de ambas as confissões, sendo que o primeiro saudou com especial cordialidade os „irmãos evangélicos“. Tal orientação se manteve durante todo o Congresso. Houve uma só preocupação de todos: a de preservar a possibilidade da orientação christã de nosso sistema educacional.

O IV. Congresso reuniu cêrca de 400 diretores de todo o Brasil e ainda muitos outros educadores e educacionistas. O temário previu especialmente a Metodologia de tôdas as matérias curriculares nas diferentes modalidades de ensino. Das 12 sessões plenárias, assim fôra previsto, 8 se ocupariam com a metodologia, prova cabal de que os educadores do Brasil sentiram de perto a necessidade de uma meditação basilar e, conseqüentemente, de uma reforma de ordem didática.

Estes problemas foram atacados com muita seriedade. Até agora a maioria dos homens da nossa educação se entregara à melancólica repetição do slogan da „decadência“ do ensino entre nós que devia „melhorar“, pouquíssimos os que se interessavam pelo Como da questão. Os homens de Salvador vieram para ocupar-se com esta parte. Foram ouvidas e discutidas, em reuniões de comissão — franqueadas a qualquer estudioso ou interessado e com horário previamente afixado — e em sessões posteriores no plenário, teses as mais variadas. Os trabalhos e as discussões, por divergentes e ardorosos que fossem às vêzes, decorreram dentro de um espírito de liberdade e absoluto respeito para com a opinião alheia. Os educadores do Brasil demonstraram, assim, serem possuidores de um alto nível de cultura democrática. A corajosa atitude dos membros do Congresso

frente às atividades do Ministério da Educação (MES), interessadamente representado junto à mesa, foi de moldes a impressionar.

Está fora de dúvida de que do tema central e da maneira como foi tratado há de, necessariamente, refletir muita luz sobre a nossa educação, isso tanto mais quanto jornais e revistas especializadas continuaram, posteriormente, a discussão em torno das elaborações metodológicas da Bahia. Por se tratar de temas eminentemente especializados, não entramos, aqui, em detalhes a êsse respeito.

Discussões sobre a metodologia no Brasil atual forçosamente se relacionariam com problemas do currículo e com a esperada Reforma Mariani que, fundamental como fôra projetada e divulgada, pairava sobre as cabeças dos educadores como um gládio de Dâmocles. O Congresso pronunciou-se decidida e unânimemente contra qualquer Reforma no atual período legislativo; o que, nesta altura, já parece corresponder ao pensamento do MES. Tal decisão dos homens de Salvador equivale a um voto de confiança dado ao atual sistema do ensino.

Embora o temário não tenha previsto, explicitamente, questões do currículo, estas afloravam a cada passo, jogadas na arena pelas fortes correntes científico-tecnicistas que, por efeito da industrialização em consequência de duas guerras mundiais, procuram o predomínio na luta filosófica que se trava. O Congresso de São Paulo, anterior, já se tinha pronunciado favoravelmente pela manutenção de um humanismo moderado. Na Bahia os defensores dessa tese foram chamados de novo à liça para reexaminar, agora, cuidadosamente os métodos de ensino empregados e que, sem dúvida, são os maiores responsáveis pelo desprestígio do humanismo num país de cultura latina. A derrota da Reforma Mariani foi uma vitória do humanismo no Brasil, vitória parcial. Sabem os sacrificados vencedores que a paz é paz armada.

A posição e a influência da Escola Particular no quadro educacional e na formação da nacionalidade, constitui preocupação sempre renovada nos últimos decênios. O problema acentuou-se com a tendência do Estado Novo de centralizar e inspecionar diretamente todos os setores educacionais, especialmente e de preferência o particular. O brilhante trabalho que melhor desenvolveu êsse tema é da autoria do Sindicato do Rio de Janeiro, sendo seu inspirador anônimo o Dr. Anselmo Páschoa, da Igreja Batista. Desenha com muita erudição a trajetória educacional do Brasil, desde a chegada de Tomé de Souza até o estágio atual, apontando faltas e sugerindo soluções. Parte do princípio de Ernst Krieck: „A educação é sempre um reflexo da cultura em que aflora.“ Esta monografia nega categoricamente uma decadência do Ensino Particular entre nós. „É preciso que se reconheça que o vício vem do próprio padrão, que se ressentido de falhas graves. Tais falhas graves, que devem ser removidas quanto antes, não são mais que o reflexo da nossa estrutura socio-econômica e cultural, agravada pela existência de uma escola brasileira, com consciência brasileira . . . A intervenção do Estado não pode ser admitida sem reserva . . . só é admissível dentro do limite do bem público e do

respeito às verdades fundamentais da pessoa humana.“ E, citando Congressos anteriores, exige a inspeção fiscalizadora do Estado apenas no que tange à saúde, conforto, moralidade e currículo mínimo obrigatório, reclamando plena liberdade no tocante a horários e métodos, atribuindo ao Estado apenas o direito de sugerir e aconselhar, nunca impôr, para que o ensino, onde é de exclusiva iniciativa particular, possa ser ajustado às condições de cada zona ou região. Lamenta a precariedade dos meios econômicos à disposição do ensino particular, mas não pede subvenção direta do governo. (Este princípio ficou reforçado pela atitude dos representantes da Igreja Presbiteriana na Federação das Escolas Evangélicas). Não deixa, porém, de ressaltar o inestimável valor da Escola Particular para a comunidade brasileira, inclusive o valor econômico, e prova: 1. O Ensino em estabelecimentos particulares é módico, quando se compara com os gastos do Estado por unidade-aluno. 2. A Escola Particular não gera fortunas. 3. O ensino é tão bom quanto o permitem as condições particulares a cada meio. 4. A Escola Particular tem constituído uma fonte de economia para o próprio Estado. 5. É urgente a criação de um plano de idênticas oportunidades educacionais para todos. — Embora surgissem multiformes planos, aqui ficou bailando uma grande interrogação. Ficaram, ali, no ar: de um lado a expressa boa vontade e os respeitáveis meios de que o Estado dispõe para fins de „idênticas oportunidades“ e, enfrentando-os sem encontro satisfatório de princípios, a palpável carência na iniciativa particular e o ciumento zelo dos educadores pela liberdade do ensino.

É profundamente lamentável que o esforçado autor da monografia não tivesse ao seu alcance melhores informações além daquelas de Francisco Venâncio Filho („Contribuição Americana à Educação“); no caso certamente não teria incluído trechos contraditórios à verdade histórica como o que segue: „É de notar que só em 1869, com a denominação de „Colégio Internacional“ surgiu em Campinas o primeiro destes educandários (refere-se às escolas evangélicas) . . . diga-se de passagem que foi a primeira escola evangélica na América do Sul, pois a segunda foi fundada no Chile em 1870.“ Abordado, pessoalmente, sobre o assunto, o Dr. Anselmo insistiu na necessidade de fornecimento de dados mais precisos e sua maior difusão. Fica aqui a sugestão do eminente educador evangélico.

Os temas relacionados com esta seção tiveram tamanha repercussão já antes do Congresso que o executivo se vira coagido a criar uma Comissão Especial para se ocupar exclusivamente da parte econômica do ensino particular brasileiro. Nomeados para integrá-la, sentimos mais de perto os pensamentos das diversas correntes e tivemos o ensejo de nos pôr em contato direto com os anseios de ambas as partes e com enorme material a respeito. Não há dúvida alguma que os professores do Brasil são mal remunerados, mas também não de que o nosso ensino, em especial o secundário e superior, lutam com enormes dificuldades. Muito de perto sentimos as reivindicações justas do professorado, às vezes acirradamente defendidas por forças suspeitas, e também, salvo raras exceções, a convicção de que a edu-

cação não é nem pode ser o terreno apropriado para um emprego compensador de capitais. A solução desse problema deverá continuar afeta a inúmeras e muito justificadas lutas e continuará sempre vinculada a uma série de fatores de ordem socio-econômica de âmbito nacional e que dizem respeito à política dos governos.

Tôdas essas questões e mais a improvisação e variedade de formação do professor, o sistema educacional adotado no país, geram uma infinidade de problemas complexos para a educação. O Congresso de Salvador foi levado assim a estudar mais de perto a criação de um Código de Ética Profissional dos Educadores, o que por sua vez sugeriu a criação de uma Ordem dos Educadores do Brasil. Assunto de maior relevância, podemos contar com sua criação para breve. A monografia concernente foi apresentada pelos educacionistas mineiros e não deixa dúvida sobre a orientação cristã da educação brasileira. Definindo direitos e deveres, valores éticos e profissionais, estabelece os princípios do ideal ético na „vera et perfecta philosophia“. Recusa „a priori“ tôda e qualquer ideologia materialista em qualquer das suas tonalidades ou matizes, fundamentando o sacerdócio da profissão na lei moral, „isto é, a lei do dever, a consciência em si . . . impondo-se com idêntico rigor em qualquer circunstância a todo querer racional.“ Já no Preâmbulo fôra dito que „toda Ética Profissional é o reflexo de uma „Weltanschauung“ . . . é antes uma profissão da Fé.“ E até o fim não paira dúvida, para o leitor atento, de que a filosofia tomista veio a inspirar, desde já, as bases do futuro código educacional, que será poderoso instrumento para definição de direitos e deveres educacionais.

Não houve problema que fira de longe ou de perto a educação brasileira e que não tenha tido, desta ou daquela fôrma, o seu eco em Salvador. Para lá tudo foi convergindo, de lá tudo foi irradiando. O próximo Congresso, a realizar-se em 1951 em Pôrto Alegre, isto é após as eleições e nos albores de um novo período legislativo, uma vez mais chamará os responsáveis pelo estado atual e também pela orientação futura da educação brasileira.

P. R. Sânger.

## A Verdade Filosófica

Contribuição da Filosofia Existencial à formação do novo conceito da Verdade.

A situação espiritual contemporânea é caracterizada por uma atitude de ceticismo, que domina em todos os setores da cultura. O ceticismo sempre tende a relativar a verdade de uma maneira mais ou menos radical. Também na filosofia atual verificamos uma certa modificação do conceito da verdade, sob influência dos mais diversos sistemas filosóficos: O relativismo cultural-histórico de Spengler tem grande repercussão não só nos círculos filosóficos; com sua crítica da cultura exprime êle uma situação vivida por muitos. A subordinação da verdade a valores utilitários e vitais, como é processada em certos desenvolvimentos do pragmatismo e da filosofia da vida, é um sintoma claro. Estas idéias culminam na „filosofia das ficções“ de Vaihinger: